**(PGM/Fortaleza 2017)** A respeito do julgamento de casos repetitivos, conforme previsto no Código de Processo Civil, atenda às determinações a seguir. Identifique as técnicas ou os institutos processuais legalmente previstos para formar decisões que serão consideradas como julgamento de casos repetitivos.

**(DPE-MA, 2018, FCC)** A técnica de julgamento continuado diante de decisão não unânime

**A)** é aplicada na apelação e no agravo de instrumento, exigindo-se em ambos os casos somente que a decisão seja não unânime.

**B)** somente é aplicada na apelação e no agravo de instrumento quando houver reforma da decisão recorrida.

**C)** somente é aplicada na apelação e no agravo de instrumento quando a decisão recorrida julgue o mérito ou parte dele.

**D)** é aplicada na apelação, bastando a existência de divergência, enquanto no agravo de instrumento, além da divergência, é necessário que haja a reforma da decisão que julga parcialmente o mérito.

**E)** é aplicada na apelação, bastando a existência de divergência, enquanto no agravo de instrumento, além da divergência, basta que haja a reforma da decisão recorrida.

**(PGE-SP, 2018, FEPESE)** Em relação à técnica de julgamento ampliado em caso de resultado não unânime, é **correto** afirmar:

**A)** Com o julgamento ampliado há uma alteração de competência funcional, que é relativa.

**B)** Os julgadores que já tiverem votado não poderão rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento com colegiado ampliado.

**C)** A técnica de julgamento ampliado será aplicada nos casos de remessa necessária quando o julgamento não unânime reformar a sentença de mérito.

**D)** Em caso de decisão não unânime proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas submetido a julgamento na corte especial, a competência será do plenário do Tribunal.

**E)** Sua aplicação ocorrerá no recurso de apelação, na ação rescisória julgada procedente e no agravo de instrumento que reforma decisão que julga parcialmente o mérito.

**(TRF2, IBFC, 2018)** Para a homologação de laudo arbitral proferido no exterior, envolvendo réu domiciliado no Brasil:

**A)** A citação para o procedimento arbitral deve ter sido feita pela via de carta rogatória citatória.

**B)** A citação para o procedimento arbitral pode ter sido feita pela via postal, com prova inequívoca de recebimento.

**C)** A citação para o procedimento arbitral é presumida pelo comparecimento do réu ao procedimento de *exequatur*.

**D)** A citação para o procedimento arbitral deve ter observado a legislação aplicável ao mérito da arbitragem.

**E)** A citação para o procedimento arbitral deve ter sido feita por edital.

**(TRF2, 2017)** Analise as assertivas e, depois, assinale a opção correta:

I- Decisão de urgência, proferida pelo juiz estrangeiro antes da sentença, poderá ser executada no Brasil por meio de carta rogatória.

II- Ainda que o litígio envolva apenas pessoas de direito privado e interesses privados, a carta rogatória deve ser cumprida por juiz federal.

III- Mesmo quando a matéria envolva tema de competência exclusiva da jurisdição nacional, é juridicamente viável a concessão de *exequatur* à carta rogatória estrangeira, que não vincula posterior homologação da sentença a ser proferida.

**A)** Apenas a assertiva I é falsa.

**B)** Apenas a assertiva II é falsa.

**C)** Apenas a assertiva III é falsa.

**D)** Todas as assertivas são falsas.

**E)** Todas as assertivas estão corretas.

**(PGE-MA, 2016)** A ação rescisória se presta a rescindir

**A)** somente a sentença de mérito como um todo, não podendo ter por objeto apenas um de seus capítulos.

**B)** os atos homologatórios praticados no curso de execução, mas não os atos de disposição de direitos praticados pelas partes, ainda que homologados pelo juiz antes da prolação de sentença.

**C)** apenas sentença de mérito transitada em julgado.

**D)** qualquer decisão que violar manifestamente norma jurídica.

**E)** decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou admissibilidade de recurso correspondente.

**(TJSP, 2019, VUNESP)** É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, assim como risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. No que diz respeito ao chamado IRDR, segundo os ditames literalmente dispostos no Código de Processo Civil, assinale a afirmação correta.

**A)** O *amicus curiae* não pode recorrer da decisão que o julgar.

**B)** A apelação do feito, de onde adveio o incidente, deve ser julgada pela Câmara de origem, e não pelo órgão colegiado incumbido de julgar o IRDR.

**C)** Tendo como objeto questão relativa à prestação de serviço concedido, o resultado do julgamento será comunicado à entidade pública reguladora competente, para fiscalização da efetiva aplicação da tese adotada por parte dos entes sujeitos à regulação.

**D)** O Estado do Acre tem legitimidade para revisão da tese jurídica nele firmada.

**(TRF2, 2018, IBFC)** O Código de Processo Civil de 2015 instituiu o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), sendo correta a afirmativa, em relação a este novo instituto processual, de que:

**A)** o pedido de instauração somente poderá ser feito pelo relator, pelas partes, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.

**B)** a sua admissibilidade é feita pelo respectivo relator.

**C)** a tese firmada no incidente diz respeito a questão unicamente de direito e será aplicada, com eficácia persuasiva, aos processos que tramitem no Estado ou região.

**D)** a suspensão dos processos pendentes somente pode ser estabelecida pelo colegiado.

**E)** são cabíveis os recursos especial e extraordinário, com efeito suspensivo, em relação ao julgamento do mérito do incidente.

**(TJSP, 2017, VUNESP)** Quanto ao incidente de resolução de demandas repetitivas,

**A)** tanto que seja admitido, a suspensão dos processos pendentes em que se discuta a questão controvertida poderá ser determinada pelo relator ou eventualmente pelo tribunal superior competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial.

**B)** poderá ser instaurado quando houver risco de multiplicação de processos como decorrência de controvérsia sobre questão unicamente de direito, de que possa resultar prejuízo à isonomia e à segurança jurídica.

**C)** pode tramitar, paralela e concorrentemente, com a afetação, perante tribunal superior, de recurso para definição de tese sobre questão material ou processual repetitiva.

**D)** o órgão colegiado incumbido de julgá-lo fixará a tese e, para preservar o juiz natural, devolverá o julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária para que se complete o julgamento perante o órgão de onde se originou o incidente.

**(PGM/FORTALEZA, 2017)** Diferencie os sistemas de causa-piloto e de procedimento-modelo.

**(TJCE, 2018, CESP)** A reclamação é um instrumento jurídico que

**A)** busca garantir a autoridade das decisões de tribunais e tem cabimento restrito ao STF e ao STJ.

**B)** pode ser proposta em até dois anos após o trânsito em julgado da decisão reclamada.

**C)** cabe para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

**D)** pode gerar, se julgada procedente, a cassação de ato jurisdicional, mas não a sua revisão.

**E)** tem natureza recursal, uma vez que poderá reverter a decisão reclamada.

**(PGE-PE, 2018, CESP)** À luz do CPC e do entendimento jurisprudencial sobre a matéria, assinale a opção correta acerca da reclamação constitucional.

**A)** O CPC contém dispositivo que regula o julgamento do mérito da reclamação constitucional, determinando que compete ao plenário ou a órgão especial da corte examiná-la.

**B)** Ocorrendo o julgamento de recurso interposto contra a mesma decisão proferida pelo órgão reclamado, a reclamação constitucional será considerada prejudicada.

**C)** A reclamação poderá ser utilizada como sucedâneo de ação rescisória no caso de trânsito em julgado da decisão reclamada, desde que observado o prazo decadencial de dois anos.

**D)** A parte sucumbente não poderá ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que a interposição da reclamação caracteriza mero incidente processual, dispensando-se o contraditório.

**E)** A reclamação constitucional poderá ser manejada para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando houver o esgotamento das instâncias ordinárias.

**(PGM/FORTALEZA, 2017)** Discorra sobre a possibilidade de utilização do instituto da reclamação no caso de decisão judicial que desrespeite entendimento formado em julgamento de casos repetitivos.

O CPC estabelece que a tese aplicada no IRDR deve ser observada em todos os processos pendentes e futuros que versem sobre idêntica questão de direito.

Ainda segundo a lei processual, se não observada a tese adotada no incidente, caberá imediata reclamação para o tribunal que julgou o IRDR (arts. 985 e 988, inc. I, CPC).

Quanto ao julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, estabelece o CPC que seria inadmissível reclamação se não esgotadas as instâncias ordinárias (art. 988, § 5º, inc. II).

Portanto, caso seja possível ainda a interposição de algum recurso, como, por exemplo, agravo interno contra decisão do presidente ou vice-presidente de tribunal, não caberá reclamação.